

O SUCATEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nataly Batista de Jesus ¹

Resumo

No Brasil, a modalidade de Ensino a Distância (EaD) tem-se expandido consideravelmente nos últimos anos, com a proposta de flexibilizar os horários, tornar-se financeiramente mais acessível e possibilitar o acesso ao ensino superior para aqueles que possuem uma rotina agitada. Consequentemente, essa modalidade tem conquistado muitos alunos que sonham com o diploma de ensino superior, resultando o aumento de vagas e matrículas nas empresas educacionais. Com base nisso, tem-se criado mecanismos que ao mesmo passo que facilitam o acesso a tal ensino, sucateiam sua qualidade, de modo a marginalizar e inferiorizar uma graduação, principalmente as licenciaturas. Tendo isso em vista, o presente artigo tem como proposta abordar como a educação a distância tem se tornado uma chave para mercado educacional, gerando lucro e desvalorizando ainda mais a educação no país, especificamente, com o cadastro reserva de profissionais, a acriticidade mantenedora do senso comum e ausência da relação professor-aluno.

Palavras-chave: ensino superior; educação à distância; sucateamento da educação;

THE WRECKING OF COLLEGE EDUCATION THROUGH THE DISTANCE LEARNING

Abstract

In Brazil, the distance learning modality (DLM) have been expanding in the past years, with the proposal of providing a more flexible schedule with low cost and to make possible the access to college for those who have a busy routine. Consequently this modality has attracted many students that dream with the college degree, resulting in the increasement of vacancies and enrollments in the teaching's network. Based on this, mechanisms have been created to facilitate the access to such modality that diminishes its quality in a way that marginalizes and downgrades the learning system. Therefore, this article aims to address how distance education has become a key to the educational market, generating profit and devaluing education in the country, and even more specifically with the hiring of professionals that uncritically maintains the common-sense and absence of a teacher-student relationship.

Keywords: college education; distance learning; wrecking of education;

¹ Psicóloga pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2018).. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: nataly.bj@hotmail.com;

EL DESMANTELAMIENTO DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR A TRAVÉS DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA

Resumen

En el Brasil, la modalidad de la educación a distancia (EAD) se ha ampliado considerablemente en los últimos años, con la propuesta de flexibilizar los horarios, hacerla más asequible financieramente y posibilitar el acceso a la enseñanza superior para aquellos que poseen una rutina agitada. Consecuentemente, esa modalidad ha conquistado a muchos alumnos que sueñan con el diploma de la enseñanza superior, lo que resultó en el aumento de vacantes e inscripciones en empresas de enseñanza. Sobre esa base, se han creado mecanismos que, al mismo tiempo que facilitan el acceso a dicha enseñanza, desmantelan su cualidad, con el fin de marginalizar e bajar una graduación, principalmente, las licenciaturas. Teniendo eso en cuenta, el presente artículo tiene como propuesta abordar cómo la educación a distancia se ha convertido en una clave para el mercado educacional, generando lucro e devaluando aún más la educación en el país, específicamente, con el registro de reserva de profesionales, la ausencia de la criticidad que mantiene el sentido común, y falta de la relación profesorado-alumno.

Palabras-clave: enseñanza superior; educación a distancia; desmantelamiento de la educación.

1. Introdução

O presente artigo tem como proposta abordar a educação a distância e seus desdobramentos no ensino superior, incluindo a relação professor-aluno, a desvalorização do ensino, o lucro produzido com a redução de gastos diante das gravações de aulas, entre outros pontos estruturais, e os perfis predominantes de alunos nesta modalidade contrapondo a questões de desigualdade social.

Inicialmente, é necessário descrever o que é Educação a distância (EaD) segundo nossa legislação. Conforme o Decreto nº 9057/17:

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, a Educação a distância é reconhecida pela União e permitida a execução por instituições também reconhecidas, sem necessitar da presença de professores e alunos em determinado ambiente. Além disso, segundo o “Art. 80 [da LDB]. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a

veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 2005, p.31). Ao que diz respeito aos custos para permanência e manutenção dos cursos nessa modalidade, a LBD, segundo o artigo 80, parágrafo 4º determina que:

A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão, sonora e de sons e imagens; II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 2005, p.32).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no censo de 2017, a quantidade de vagas ofertadas em cursos de graduação a distância em 2017 foi de 4.703,834 (quatro milhões, setecentos e três mil e oitocentos e trinta e quatro) vagas, porém, a quantidade de alunos ingressantes foi de aproximadamente um milhão, sendo 86.540 (oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta) de universidades públicas e 986.503 (novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e três) de universidades privadas. Tais números representam um aumento de 33% de ingressantes na modalidade a distância se comparado há dez anos (2007) onde havia apenas 15,4%. Além disso, os dados apontam que os alunos matriculados nessa modalidade, possuem um perfil e curso pretendido, sendo: maioria dos alunos declarados do sexo feminino, no curso de licenciatura em pedagogia, no período noturno. Essas informações são importantes para compreender o processo de inversão que a educação tem sofrido nos últimos anos, aos quais muitos têm denominado como redemocratização do ensino, entretanto, veremos que há interesses das grandes empresas educacionais para o crescimento dessa modalidade a distância, inclusive uma possível substituição dos cursos presenciais da área de conhecimento das ciências humanas. Ainda segundo o Inep:

1.589.440 alunos frequentam cursos de licenciatura no Brasil, o que representa 19,3% do total de alunos na educação superior de graduação. Em 2017, a matrícula na modalidade a distância manteve sua tendência de crescimento, enquanto a modalidade presencial tem praticamente o mesmo número de alunos de 10 anos atrás (INEP, 2018, p.30).

Dito isso, a quantidade de cursos de ensino superior a distância aumentou substancialmente nos últimos anos. Além de uma flexibilidade de horário, os custos de uma mensalidade são consideravelmente inferiores se comparado ao ensino superior presencial. Isso caracteriza o predomínio de um determinado público para a utilização deste serviço da educação. Com efeito, segundo o censo de 2017 da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), houve um levantamento mais detalhado relacionado ao perfil dos alunos matriculados nessa modalidade, considerando classe social, raça/cor e origem escolar (pública,

privada ou outra instituição). Desta forma, constatou-se que: “Os resultados revelaram que, nos cursos totalmente a distância, há um predomínio de alunos das classes C, D e E, com 34% dos alunos dessa modalidade pertencendo à classe D e 30% à classe E” (ABED, 2018, p.106)². Ademais, 63,5% dos alunos advêm de escolas públicas, e neste documento constam como predominância os alunos brancos totalizando 51%; 29,7% pardos; 15,2% pretos; 3,6% amarelos; e, 0,5% indígenas. Ou seja, a maioria dos alunos presentes em cursos de graduação totalmente a distância são brancas, representam a maioria da classe trabalhadora e são oriundos de escolas públicas.

Sendo assim, pode-se levantar a hipótese que, a “escolha” por um ensino a distância está mais relacionado a condição e pertencimento social que o indivíduo se enquadra do que necessariamente a flexibilização que a instituição de ensino oferece. Por isso, para cumprir os critérios de um aluno “exemplar” na modalidade EaD, as instituições promovem a propaganda onde o aluno terá mais autonomia para sua rotina de estudos e a conquista de seu tão sonhado diploma, mas para que isso ocorra, é necessário que este aluno tenha alguns pré-requisitos que dependem exclusivamente dele: organização, disciplina e disposição. Neste sentido, Patto aponta:

Numerosos costumam um texto entusiasmado que, sem qualquer vestígio de crítica, comemora a crescente *multidão de adeptos* no país. Consta também um retrato do aluno adequado aos cursos a distância: motivado a competir; *disciplinado* (capaz de evitar dispersão e de cumprir horários); *organizado* (apto a dividir o tempo entre o estudo e os horários de atividades on-line); e *disposto* a ler textos virtuais ou apostilados. O nível de conhecimento alcançado dependeria, portanto, do perfil do aluno. Os que carecem dessas características seriam aqueles que integram as fileiras dos que abandonam os cursos virtuais, evasão tomada como prova de alto nível de exigência e da qualidade do ensino a distância (PATTO, 2013, p.307, grifos *itálicos* da autora).

Diante deste cenário, podem-se apontar alguns elementos necessários para avaliação da modalidade de ensino superior a distância, seu principal público e suas exigências mercantis para abranger o máximo de vagas dentre a classe trabalhadora. Em vista disso, dá-se enfoque a partir daqui aos principais pontos que contribuem para o sucateamento, além de pontuar que, a ampliação de acesso ao ensino superior possui caráter lucrativo, ao invés de ampliar os horizontes ou diminuir o acirramento e desigualdade entre classes sociais.

² Segundo este mesmo documento, a classificação em classes tem como parâmetro a renda familiar mensal, sendo: “Classe A: renda familiar de mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 18.740,01); Classe B: renda familiar de 10-20 salários mínimos (R\$ 9.370,01-R\$ 18.740,00); Classe C: renda familiar de 4-10 salários mínimos (R\$ 3.748,01-9.370,00); Classe D: renda familiar de 2-4 salários mínimos (R\$ 1.874,01-R\$ 3.748,00); Classe E: renda familiar de até 2 salários mínimos (R\$ 1.874,00)” (ABED, 2018, p.106).

2. Sucateamento da educação

Como apontado anteriormente, a educação de ensino superior a distância tem crescido consideravelmente, ampliando os ingressos de alunos de diferentes idades, localidades, raça/cor, sexo e etc. Se analisarmos apenas o fenômeno isolado de acesso ao ensino superior, podemos reproduzir algumas ideologias e falácias sobre a redemocratização do ensino, entretanto, a proposta deste artigo busca analisar alguns elementos diferentes daqueles dados apresentados pelo Inep e Abed. Neste caso, a relação professor-aluno que inclui alguns desdobramentos no processo de ensino-aprendizagem terá destaque, juntamente com outras características que não devem ser desconsideradas quando abordamos o ensino/educação.

2.1. Autonomia do professor e a relação professor-aluno

A autonomia na construção do conteúdo e na organização das aulas é um dos fatores mais importantes que contribuem para a qualidade das aulas e do ensino ministrado pelo professor no ensino superior. Contudo, as modalidades de educação a distância tendencialmente retiram essa autonomia e a restringe aos conteúdos apostilados para suprir determinada necessidade de alunados. Desta forma, apontamos aqui que, este é apenas um dos elementos que busca facilitar a produção e reprodução daquele material ao invés de melhorar o ensino pela padronização proposta. E essa característica tem resultados no próprio processo de aprendizagem do aluno, o qual está restrito também de um ambiente físico e de relações para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

[...] a principal função da escola é a de ensinar. Mas uma simples análise da escola como instituição social possibilita identificar outras funções. Funções estas que podem ser consideradas 'latentes' e que muito contribuem para o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. A escola constitui uma das mais importantes fontes de socialização, pois é no seu âmbito que se aprendem e se reforçam muitos dos valores, das crenças e das normas de conduta social (GIL, 2013, p.57).

Com isso, pode-se afirmar que, as relações construídas em um ambiente acadêmico/escolar também têm contribuições no desenvolvimento e processo de aprendizagem do aluno, visto que este está inserido em outro contexto e com sujeitos de diferentes crenças, culturas, religiões, etc., além de possibilitar ampliar debates acadêmicos, políticos e sociais, não restringindo apenas ao conteúdo de determinada disciplina ou curso, mas possibilita o desenvolvimento ou bases materiais para analisar criticamente a realidade ao qual está inserido, incluindo os "ataques" que a educação brasileira tem sofrido. Gil (2013, p.58) complementa "Com efeito, os alunos aprendem muitas outras coisas além daquelas que os professores

esperam que aprendam. Isto porque os professores também ensinam outras coisas além daquelas que se propõe a ensinar”. Contudo, o espaço compartilhado em sala de aula ultrapassa os limites puramente físicos, e possibilita que “[...] por intermédio da discussão os estudantes podem focar um mesmo assunto sob diferentes perspectivas, comparar e confrontar diferentes conceitos e ressaltar semelhanças e diferenças entre eles. Com a vantagem de que podem fazê-lo com certa independência, ao mesmo tempo em que o professor está presente” (GIL, 2013, p.156).

O primeiro ponto sobre a relação aluno-professor a ser destacado aqui é a mediação no processo de aprendizagem e sua importância na construção de um saber. A ausência de uma relação interativa deixa margem para interpretações incorretas ou a continuação do não-saber, onde busca-se apenas “cumprir” determinada carga horária. É compreensível que um aluno em sala de aula juntamente com o professor fisicamente presente não garante propriamente o seu aprendizado, pois não se trata apenas de uma transmissão de conhecimento, porém a participação entre ambos possibilita reconhecer dúvidas, formular ideias e questionar sobre o conteúdo ministrado. Nesse sentido, o autor Gil declara:

Requer-se um professor que aceite deixar de ocupar o centro do cenário do ensino e reconheça os estudantes como parceiros do processo de ensino. Que não se veja como especialista, mas como **mediador do processo de aprendizagem**. Que tenha a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e aprendizagem – não uma ponte estática, mas uma ponte ‘rolante’ [...] (GIL, 2013, p.37, grifos **negritos** do autor).

Dada as contribuições, não basta apenas ter um professor que repasse o conteúdo do ensino superior, mas que reconheça que a relação professor-aluno enriquece o processo de ensino-aprendizagem e que estes elementos resultam qualitativamente na formação do aluno enquanto profissional. Ou seja, é possível que a marginalização do ensino contribua para a permanência de concepções do senso comum e não a construção da consciência filosófica como deve ser proposta no processo de educação. Para isso, Saviani aponta, “Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada” (SAVIANI, 1996, p.2).

Desta forma, a educação ofertada à classe trabalhadora, destacada aqui a modalidade de ensino a distância, corresponde a mercantilização de diplomas, apesar de um discurso meritocrático de quem faz o “sucesso” nessa modalidade é o próprio aluno. A preocupação das empresas educacionais, em linhas gerais, perpassa na quantidade de alunos que irão ingressar

neste meio acadêmico, negligenciando a qualidade de tal ensino, além da despreocupação com a consciência filosófica e a passagem do pensamento sincrético ao pensamento sintético do conhecimento.

Compreende-se então que as elites que controlam, seja o aparelho governamental, seja o aparelho escolar, em especial as universidades, releguem a educação a uma questão que diz respeito meramente ao senso comum (eufemisticamente chamado de bom-senso). Comportam-se como o jesuitismo cuja preocupação, segundo a crítica gramsciana, era manter as massas ao nível do sincretismo que caracteriza o senso comum (SAVIANI, 1996, p.6).

Essa discussão nos possibilita refletir em mais um ponto de desconforto que a educação comercializada nos impõe: o sucateamento do conteúdo das disciplinas. Tal elemento caracteriza um dos pontos primordiais de nossa crítica.

2.2.CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS

Em linhas gerais, a grade curricular e/ou composição das disciplinas de curso de graduação não deveriam sofrer muitas alterações diante da finalidade de cada profissão, e de fato, algumas não sofrem. Entretanto, o que damos ênfase aqui neste subitem não é a comparação curricular de cursos iguais em diferentes instituições ou de diferentes modalidades, este levantamento se torna inviável para este artigo. Porém, a preocupação dada neste trabalho é a contextualização e a maneira como os conteúdos são abordados na modalidade EaD.

Para iniciar esse debate, devemos esclarecer a diferença entre instrução e educação, visto que periodicamente estes termos são confundidos quando se tratam do âmbito escolar. Segundo Lunacharsky “instrução é a transmissão de conhecimento pronto pelo professor a seu aluno. A educação é um processo criativo. Por toda a vida, a personalidade do indivíduo ‘educar-se’, amplia-se, é enriquecida, se fortalece e se aperfeiçoa” (LUNACHARSKY, 1917, p. 269). Dito em outras palavras, a instrução recai a âmbitos engessados, fechados, ou melhor, “apostilados”, enquanto a educação em si tem como proposta o processo criativo da aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo em âmbitos que ultrapassam o contexto escolar/educacional. Inclusive, o processo de criatividade é considerado um fator peculiar ao gênero humano, de modo que “[...] lhe propiciou avançar da condição de mera espécie biológica para a de gênero humano; de sujeitar a mão selvagem a uma mente cultural” (BARROCO; TULESKI, 2007, p.15). Você deve estar se questionando, o que o processo criativo e os conceitos de instrução e educação têm haver com o conteúdo das disciplinas. Pois bem, como visto, a instrução é dada da forma mais simplória e fechada, assim como uma receita de bolo que seguimos na cozinha; a educação, por sua vez, abarca o processo criativo que

ultrapassa o âmbito biológico do indivíduo e o possibilita um desenvolvimento mais complexo do pensamento (como já descrevemos mais acima, possibilita perpassar do sincrético ao sintético), não se restringindo apenas ao senso comum, mas a abstração do pensamento e a possibilidade de consciência filosófica. Barroco e Tuleski afirmam que “[...] é lidando com os conceitos que o indivíduo desenvolve seu pensamento, sua capacidade de juízo, com base na comparação, na observação, no registro, sendo possível reconhecer nessas ações a capacidade criadora ou criativa da humanidade como a dele próprio” (BARROCO; TULESKI, 2007, p.16).

Ao tratar de todo esse processo de criatividade e educação no desenvolvimento humano, em destaque na aprendizagem no ensino superior, destacamos que a relação entre professor-aluno se torna necessária para contribuir no desenvolvimento do pensamento. Além disso, a passividade que o ensino a distância promove, não contribui para o processo de desenvolvimento que abordamos acima, visto que, os conceitos trabalhados em vídeo-aulas gravadas são restritos e não avançam nas discussões propriamente, ainda que sob o discurso de “proletarizar” o ensino, a roupagem é de permanecer no senso comum, sem promover o avanço do pensamento sintético, possibilitando a produção e reprodução de ideologias dominantes e destinando a atividade profissional como atividade de instrução e mecanicista. As aulas gravadas, por exemplo, utilizam de uma posição passiva do aluno. E por mais, que a instituição de ensino disponibilize um professor tutor/monitor para sanar as dúvidas dos alunos, este ainda o faz de forma individualizada e pontual.

Além disso, Gil (2013, p.37) pontua ainda que, é importante que o professor do ensino superior seja capaz de abordar questões atuais da realidade, de modo que favoreça a apropriação do conteúdo pelo aluno, sem recair em pontos superficiais ou metódicos, mas complementares ao conteúdo ministrado. Diante disso, numa educação à distância que preze por trabalhar de modo conteudista, não tem como pretensão a abordagem de temas atuais, visto que, a mesma aula se repetirá e a história por não ser imutável ou estática, ficará descontextualizada. Por exemplo, um professor da modalidade à distância que está ensinando sobre a política de Aristóteles, tem subsídios para fazer comparativos ou dar exemplos com a política atual sem fazer anacronismos, entretanto, não tem autorização já que daqui a dois anos quando sua aula ainda for reproduzida, aquele contexto sobre a “política atual” não será mais atual ou carregada de sentidos. Com efeito, o autor Gil (2013) destaca:

[...] é preciso considerar que os conteúdos não podem ser sempre os mesmos. Não apenas porque as coisas mudam constantemente, mas também porque a própria escola ao longo do tempo passa a assumir funções sociais diferentes. A escolha e a

organização do conteúdo, por sua vez, não podem ser vistas como ações neutras, pois implicam a decisão de regular e distribuir o que se ensina. Assim, o professor, ao selecionar e organizar conteúdos, está também desenvolvendo uma ação política. Segundo Sacristan (2000), esse processo envolve um comprometimento político que contribui para garantir a hegemonia de certos saberes e perpetuar uma visão de mundo (GIL, 2013, p.127).

Sendo assim, a ausência de criatividade e criticidade na produção do conteúdo e das aulas contribuem para uma passividade por parte do aluno e tende a isentá-lo de discussões em grupo que tendencialmente carregam um teor de crítica e leituras da realidade.

A escola de hoje, por exemplo, veicula a ideologia neoliberal e, em consequência, é possível reconhecer que as histórias de vida estão sendo *escritas* não a partir da riqueza das mediações pedagógicas e socioculturais em geral, mas pela homogeneidade da *pauperização* do saber, no modo como ele é socializado [com diferença para as diferentes classes sociais] e ensinado (BARROCO; TULESKI, 2007, p.25, grifos *itálicos* das autoras).

As aulas utilizadas na modalidade a distância são caracterizadas pela reprodução de uma história linear e estática, como se os conteúdos não precisassem ser alterados/atualizados em nenhum momento, possibilitando o lucro com os mesmos vídeos em vários anos. Deve-se compreender que não defendemos a exclusão de conteúdos clássicos do ensino superior, até porque há princípios gerais que as profissões devem ter conhecimento. A questão aqui apontada é a de que há uma pauperização do ensino que corresponde a um interesse do mercado, ou melhor, corresponde a taxas de lucro de empresas educacionais que vendem a educação à distância como um simples produto final, sem preocupar-se de fato com sua qualidade.

2.3.RENTABILIDADE

Em uma sociedade que a relação entre os indivíduos acontece por meio da mercadoria, do individualismo e da competitividade, cuja responsabilidade é de um modo de produção e reprodução da vida humana capitalista, a educação é tratada como um produto a ser comercializado, sem importância de sua qualidade, garantia de conhecimento e/ou possibilidade de mudanças de trabalho (o qual o indivíduo tende a buscar o que menos oprime e menos explora, mas que essas condições continuam presentes independentes de sua vontade). Nesse sentido, a educação a distância deve ser compreendida como mais uma mercadoria à venda na sociedade capitalista, como já citamos anteriormente. Mas como leis gerais para o lucro, uma empresa gasta dinheiro em determinado produto desde que este gere mais lucro. Desta forma, podemos observar como a educação a distância, além de ter uma procura maior dos indivíduos da classe trabalhadora (lembremo-nos do perfil: mulher, classe trabalhadora,

período noturno, branca, oriunda de escola pública), as vagas aumentaram e os investimentos também.

Segundo o Censo 2017 da ABED, os cursos de graduação totalmente a distância foram os que mais deram retorno financeiro às empresas educacionais, conforme demonstra o gráfico a seguir³, totalizando uma porcentagem de 17,85%. Apesar desta margem de lucro, os investimentos também são destinados a esta modalidade, conforme apresenta o segundo gráfico:

Gráfico 9.9 - Percentual de instituições que observaram aumento na rentabilidade, por tipo de curso

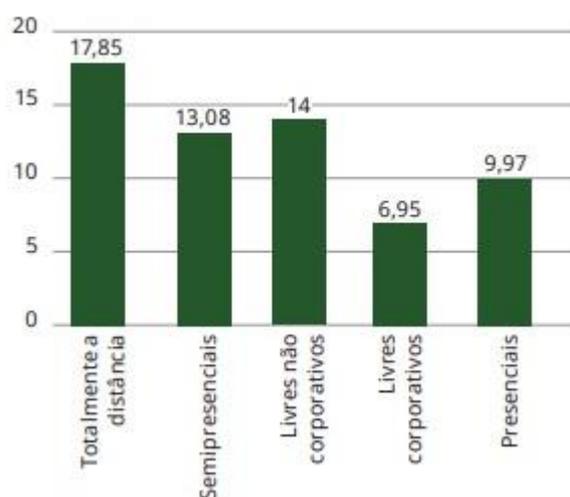
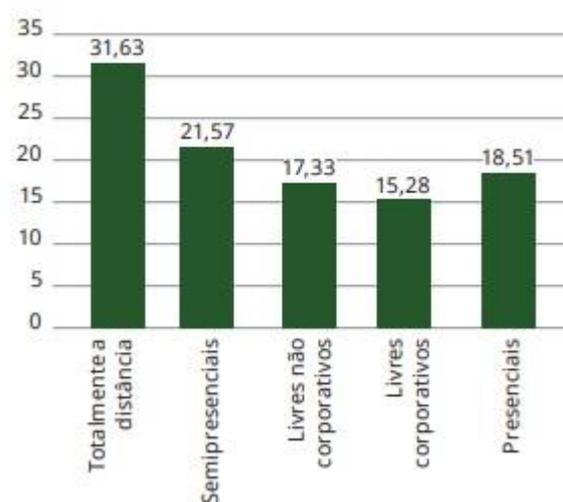


Gráfico 9.12 - Percentual de instituições que aumentaram seus investimentos em 2017, por tipo de curso



Nota-se que, de todas as modalidades descritas (totalmente a distância, semipresenciais, livres não corporativos, livres corporativos e presenciais) a educação a distância tem um crescimento de rentabilidade e investimento considerável em comparação com as outras. Afinal, já apontamos no decorrer desse trabalho que a preocupação com essa modalidade da educação não é qualitativa, por isso devemos questionar um dos motivos principais ou a fonte de tal rentabilidade que “brilha aos olhos do empresário”.

Uma das principais preocupações das empresas educacionais que ofertam a educação a distância é a compra de vídeo-aulas. Para isso, utiliza-se de um professor que se candidata à vaga ofertada e se prontifica a fazer gravações de determinados conteúdos. Ao contrário do que ocorre em aulas presenciais, este professor não receberá por todas as vezes que a vídeo-aula for

³ Os gráficos 9.9 e 9.12 foram extraídos do documento Censo 2017 da Abed, e constam nas páginas 123 e 124 respectivamente, no referido documento.

reproduzida, mas apenas uma única parcela dos seus direitos autorais. Tratado apenas como uma mercadoria, a instituição não precisa se preocupar com leis trabalhistas como pagamento regular de um salário mensal, pagamento de décimo terceiro, férias ou qualquer outro seguro que o trabalhador teria direito, visto que, o professor fez apenas uma prestação de serviço sem assinatura em carteira ou contrato de trabalho firmado, sendo assim, a instituição de ensino comprou o seu produto (vídeo-aulas) e a utilizará pelo tempo que julgar necessário e/ou útil.

Deve-se levar em conta que a venda de vídeo-aula, geralmente não é uma oferta muito atrativa aos professores, entretanto, devido ao aumento de cadastro reserva desses profissionais formados nos últimos anos, aumentou a taxa de desemprego o qual o obriga a “aceitar qualquer proposta” para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, moradia e vestimenta. Para exemplificar esta informação, os dados levantados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) de 2015, demonstram que dos 445.562 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e dois) mestres, apenas 293.381 (duzentos e noventa e três mil e trezentos e oitenta e um) estavam empregados (65,8%), totalizando aproximadamente 150 mil mestres desempregados. Isso sem contar os titulados doutores que ocupam apenas 75% dos empregados nas áreas e os graduados em licenciatura que não estão nestes dados.

O sucateamento da educação tanto presencial quanto a distância não é, nem de longe, uma problemática atual na sociedade capitalista, entretanto, assim como indústrias que intensificam a opressão e exploração da classe trabalhadora para aumento do lucro, as instituições educacionais seguem o mesmo caminho, pois também se trata de uma empresa. Por sua vez, Patto (2013) afirma que:

[...] ao investir de poder o aparato técnico e os que o controlam, o modo de produção vigente anula o indivíduo que, integrado a massa, limita-se a consumir os bens a ele oferecidos em quantidade cada vez maior, aí incluída a produção da indústria cultural, que põe no mercado uma enxurrada de informações e diversões que ao mesmo tempo despertam e idiotizam as pessoas (PATTO, 2013, p.310).

Salva as exceções, é necessário que tenhamos compreensão que, ao passo que a educação tem sido sucateada, incluindo os diversos ataques do governo federal, estadual e municipal em várias partes do país, a proposta de uma educação EaD, ao invés de viabilizar um ensino de qualidade, tende a rebaixar as exigências para se enquadrar ao mercado e garantir a venda de suas mercadorias, ou seja, a preocupação está em vender matrículas e mensalidades e não garantir boa formação e/ou emprego aos egressos. Conseqüentemente, contribui para uma desvalorização do ensino superior, possibilitando inclusive o aumento de um exército de cadastro reserva com titulações cada vez maiores. Além disso, Patto (2013) salienta:

A questão, portanto, não é simplesmente a ausência de formação, mas a hostilidade a ela. A educação que mimetiza esses meios e fins vem para reforçar a competição, o individualismo, a indiferença pelo outro, o isolamento, o empobrecimento da experiência, ingredientes da prontidão para a violência (PATTO, 2013, p.312).

Desta forma, o produto EaD demonstra mais um mecanismo da classe burguesa em legitimar o discurso meritocrático perpetuado em diferentes níveis da educação. Atribuir o “sucesso” profissional dos alunos da EaD a sua organização, disciplina e disposição é mascarar a face do sucateamento, pois por detrás desta “oferta” e falsa redemocratização do ensino, temos o empobrecimento de ofertas de emprego, a exploração e opressão mais acentuada da classe trabalhadora, que consequentemente utiliza deste serviço da educação por não conseguir adequar uma graduação presencial com as suas extensas horas de trabalho no mercado formal e/ou informal. Conforme Patto (2013):

Nos debates e nas publicações oficiais, os argumentos dos que defendem a universidade virtual não raro ficam no plano do senso comum ou, na melhor das hipóteses, da racionalidade instrumental. Como regra, nenhuma reflexão sobre história, sociedade e relações de poder; sobre a ciência e a técnica como ideologia; sobre a política educacional numa sociedade de classes; sobre a cultura e os meios de comunicação de massa nas sociedades administradas; sobre o conceito de formação educacional; sobre a relação professor-aluno [...] (PATTO, 2013, p.307).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos neste trabalho alguns elementos do processo de sucateamento para repensar a prática e qualidade do ensino e educação superior, além dos levantamentos de dados sobre o público mais frequente da EaD, os percentuais de investimento e lucro das instituições de ensino, e algumas estratégias mercantis para manutenção dessa modalidade de ensino. Porém não podemos excluir o fato que o contexto das universidades públicas e privadas com as aulas presenciais também está neste processo de sucateamento, mas ainda com bases estruturais diferentes.

As práticas e aulas presenciais também podem ser carregadas de ideologias e busca por aceitação de determinadas ideias, estas, por sua vez possuem um caráter a ser honrado que é o debate e relação entre grupos e professores, podendo reverter e promover a consciência de si e reconhecimento das ideias e classes dominantes. Um questionamento levantado por Patto (2013) vale ser ressaltado neste presente artigo

Que interesses alimentam o crescimento de programas de EaD neste momento da economia mundial e num país como o Brasil? Elitizar os cursos presenciais nas universidades estaduais paulistas, transformando-as em *ilhas de excelência destinadas aos mais capazes*? Criar uma universidade pública dual, que oferece cursos presenciais aos que tiveram acesso a instituições privadas de ensino fundamental e

médio que os preparam para a Fuvest, e cursos a distância aos que estão a mercê do desmanche desses níveis de ensino na rede pública? (PATTO, 2013, 314-315).

De tal modo que, os questionamentos elencados por Patto ainda se fazem presentes e tendem a ser ainda mais acentuados daqui uns anos, principalmente em se tratando de um investimento cada vez maior por parte das empresas educacionais. A educação a distância, conforme apontamos no decorrer deste trabalho corresponde a exigências do capitalismo e manutenção do mesmo, desde a passividade do aluno, a ausência da relação professor-aluno, a ausência de autonomia do professor, a individualização e falsa meritocracia, além de um público majoritário nesta modalidade de ensino que é caracterizado pela classe trabalhadora (cuja caracterização pelo IBGE adotada pela ABED se distingue unicamente em salário familiar e pulveriza o reconhecimento enquanto classe oprimida). Contudo, o sucateamento da educação não se restringe apenas ao conteúdo das disciplinas ofertadas nesta modalidade, mas a ausência de consciência filosófica e perpetuação do senso comum, dentre os demais pontos elencados anteriormente.

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita constituir um novo bloco histórico – o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, 1996, p.3).

O sucateamento e desvalorização do ensino perpetuam em diferentes áreas do conhecimento, incluindo as biológicas, exatas, e principalmente as áreas humanas. Tudo isso torna-se um desafio, principalmente aos profissionais que estão se formando e aos profissionais formados que buscam uma mínima qualidade de ensino e educação no país. Perceber que a profissão de docentes do ensino superior tem sido atacada constantemente por representantes federais demonstra a estagnação do conhecimento sincrético e que a educação torna-se uma das ferramentas para alcançar uma criticidade e leitura da realidade despregada das ideologias burguesas e representa uma ameaça para os governantes do capitalismo.

De tudo o que foi dito conclui-se que a passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária. Com efeito, é esta a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros das camadas populares a passagem da condição de ‘classe em si’ para a condição de ‘classe para si’. Ora, sem a formação da consciência de

classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade (SAVIANI, 1996, p.5).

Nessa direção, as autoras Barroco e Tuleski complementam: “desenvolver o *homem cultural* envolve dar ênfase à capacidade do homem de perceber, analisar, sintetizar e generalizar informações que o mundo oferece, e sobre esse arcabouço elaborar novos conhecimentos que retornem à prática social, modificando-a” (BARROCO; TULESKI, 2007, p.15, grifos das autoras). Deste modo, a educação é compreendida como algo primordial para o desenvolvimento humano que possibilita bases teóricas para modificação da realidade, incluindo a formação de consciência de classe. Contudo, o ensino a distância, em seus moldes de representação e afirmação de ideologias burguesas e meritocráticas será alvo de mais investimentos pelas empresas educacionais e de outros ramos, de modo não apenas para venda de diplomas, matrículas e mensalidades, mas a garantia de mais exploração de uma classe minimamente qualificada.

REFERÊNCIAS

- ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. Curitiba: InterSaberes, 2018. *E-book*. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_portugues.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.
- BARROCO, S. M. S.; TULESKI, S. C. Vigotski: o homem cultural e seus processos criativos. **Rev. Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 24, p.15-33, 1. sem. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n24/v24a03.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior**: 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>. Acesso em: 07 dez. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm?fbclid=IwAR0sU-UDjxECq5LY2kLGkM0xu7CRLVLJ4fGoNdo8dXhslhyoox1Mm_WlhTQ. Acesso em: 08 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e doutores 2015**: Brasília, DF: 2015. Disponível em: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.p

df?fbclid=IwAR2rq5wXuhjmy_FA5Au74IJgJSMRDOql1mAsDLU3ftqVTErt8JfOcTeSQx8.
Acesso em: 08 dez. 2019.

GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2013.

LUNACHARSKY, A.V. Proclamação do comissário do povo para a educação. *In:*
KRUPSKAYA, N.K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular,
2017.

PATTO, M. H. S. O ensino a distância e a falência da educação. **Rev. Educação e Pesquisa**,
São Paulo, p.303-318, v.39, n.2, abr./jun. 2013. ISSN 1517-9702. DOI
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000200002>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/a02v39n2.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11. ed. Campinas:
Autores Associados, 1996. Disponível em:
https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/PHC/2._D._SAVIANI._Educa%C3%A7%C3%A3o_-_do_senso_comum_%C3%A0_consci%C3%Aancia_filos%C3%B3fica.pdf.
Acesso em: 02 dez. 2019.